



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.836, DE 2023

(Da Sra. Duda Salabert)

Dispõe sobre a atuação e o estabelecimento de zoológicos, aquários e similares e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1027/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2023

(Das Sra. Duda Salabert)

Dispõe sobre a atuação e o estabelecimento de zoológicos, aquários e similares e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estipula regulamenta o funcionamento dos zoológicos, aquários e estabelecimentos similares licenciados pelos órgãos competentes, para fins das funções de educação, pesquisa e conservação das espécies nativas ameaçadas, em todo território nacional.

§ 1º Para efeitos desta Lei, considera-se zoológico qualquer coleção de animais silvestres nativos e exóticos mantidos vivos em cativeiro ou em semiliberdade e expostos à visitação pública.

§2º - Para fins de aplicação desta lei, considera-se aquário qualquer coleção de animais aquáticos ou semiaquáticos mantidos vivos em cativeiro ou em semiliberdade, em recipiente com volume de água superior a 2000 litros, e expostos à visitação do público.

Art. 2º Os zoológicos deverão priorizar a adoção de medidas de reabilitação e restituição dos animais à natureza, sempre quando essa for possível.

Art. 3º Os estabelecimentos de que trata esta lei não poderão permanecer abertos para visitação do público por um período maior que oito horas diárias.

Parágrafo único. A restrição presente no artigo não se aplica a atividades de pesquisa, administrativas e outras atividades necessárias para o bem-estar dos animais.





Art. 4º Durante a visitação, o público deverá ser acompanhado por monitores dos zoológicos e aquários, visando à minimização do estresse causado aos animais e à promoção da educação ambiental..

Art. 5º Os estabelecimentos de que trata esta Lei deverão colocar avisos alertando aos frequentadores de que os animais são seres capazes de sentir e vivenciar emoções e que não devem ser expostos a ruídos excessivos e agressões de qualquer tipo.

Art. 6º Os zoológicos e aquários poderão celebrar convênios com outros órgãos de governo e organizações não governamentais para fins de pesquisa em bem-estar animal e conservação, educativos, com instruções sobre a vida animal e formas de preservação de seu bem-estar, entre outros.

Art. 7º Fica proibida a instalação de novos zoológicos e aquários em todo o território nacional.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

Os zoológicos surgiram na humanidade como coleções privadas de animais para que pessoas ricas exibissem seu poder e oferecesse uma forma de entretenimento. Ao longo do tempo, as funções das instituições zoológicas (pública e privadas) se alteraram, aproximando-se mais da pesquisa científica, da educação e da conservação de espécies e de lazer. Entretanto, a prática da exibição para o entretenimento permanece, com animais frequentemente vivendo em ambientes pequenos e pouco adaptados para sua vivência, desconsiderando a integral saúde dos animais e os impactos disso no bem-estar animal. Não fosse isso o suficiente, a manutenção de qualquer ser vivo em cativeiro deveria ser objeto de estranhamento por parte da sociedade.

Atualmente, com o avanço do debate sobre bem-estar animal, uma corrente de pensamento sinaliza que essas instituições deveriam existir com o objetivo de abrigar animais em reabilitação e sob risco de extinção, sem que sejam expostos ao estresse da visitação humana para lazer. Como afirmam os pesquisadores Carlos Saad, Flávia Saad e Janine França:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Duda Salabert - PDT/MG

"Embora a relação humanos-animais e a manutenção de animais em cativeiro datem de milênios, a preocupação com o bem-estar destes e o reconhecimento como ciência foi estabelecido recentemente, nas últimas três décadas. A evolução de uma visão simplista de coleções de animais selvagens para exposições e atendimento à curiosidade humana para outra mais ampla, como a de educação ambiental e conservacionista, foi fundamentada muito lentamente. Do mesmo modo, somente nas últimas décadas tem-se evidenciado a importância do bem-estar na manutenção dos animais em cativeiro, seja de produção ou selvagens. O principal aspecto responsável por este retardo pode ser atribuído filosofia cartesiana, que teoriza que a mente é exclusiva da espécie humana; entretanto, os avanços da pesquisa em etologia animal nas últimas décadas indicam claramente a importância de se estabelecerem conceitos objetivos e claros sobre o bem-estar animal, pavimentando as bases para o reconhecimento da complexidade da vida animal individual. Para isto estabeleceu-se, em 1967, o preceito das cinco liberdades do bem-estar animal: livres de fome, sede e desnutrição; livres de desconforto; livres de dor, injúrias e doenças; livres para expressar o comportamento natural de espécie; livres de medo e estresse. Entre os vários métodos para promover o bem-estar dos animais cativos e as cinco liberdades, encontra-se o enriquecimento ambiental, que pode ser entendido como a introdução de variedades criativas nos recintos. As diferentes técnicas de enriquecimento utilizadas podem ser divididas em cinco grandes grupos: físico, sensorial, cognitivo, social e alimentar. Assim, o bem-estar animal assume grande importância na manutenção dos animais nos zoológicos, visto que não é possível transmitir uma mensagem educativa correta se os animais não se apresentarem física e mentalmente saudáveis.

Além disso, é importante ressaltar que, para a proteção destes animais de maneira efetiva, deve ser buscada pela sociedade e poder público a preservação dos habitats destes animais na natureza, para que tenham possibilidade de retorno aos seus habitats naturais.

Assim, sinalizo sobre a relevância de que as instituições zoológicas e aquários, enquanto existirem, tenham como prioridade a adoção de medidas de pesquisa, reabilitação e restituição dos animais à natureza, sempre quando esta for possível. Reduzindo, paulatinamente, a prática da visitação pública até que ela não seja mais realizada.

Sala das Sessões, 04 de outubro de 2023

DUDA SALABERT

PDT/MG

